



**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS  
COM SÍNDROME DE DOWN: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

**LITERACY AND LITERACY OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS  
WITH DOWN SYNDROME: AN INTEGRATIVE REVIEW**

Keila Cristina Ribeiro Vale<sup>1</sup>  
Vera Lucia Gomes<sup>2</sup>

**RESUMO**

A escassez de dados relacionados à alfabetização de jovens e adultos com SD, a recorrência de jovens e adultos com Síndrome de Down não alfabetizados foram os principais motivos para a escolha deste estudo. O objetivo da pesquisa foi identificar a produção científica/bibliográfica sobre a alfabetização e letramento de jovens e adultos com Síndrome de Down, uma vez que as informações disponíveis são, predominantemente, oriundas de relatos pessoais e experiências escolares, coletados de forma empírica, sendo ainda escassa em fontes acadêmico-científicas. Como procedimento metodológico, optou-se pela revisão integrativa de literatura, com a finalidade de conhecer/aprofundar os conhecimentos sobre acerca da alfabetização e letramento de jovens e adultos com Síndrome de Down, apontando possibilidades de outros estudos dentro do mesmo objeto pesquisado. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental com o foco na inclusão escolar, alfabetização e letramento e Síndrome de Down, em artigos científicos, onde foram selecionados 8 (oito) artigos, sendo que 4 (quatro) desses atendiam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos para o estudo. Observou-se que há um consenso quanto à necessidade de adoção de práticas educativas diversificadas, individualizadas, focando nas capacidades e adaptadas de acordo com as necessidades de cada aluno, buscando promover a inclusão educacional e social, de fato, de pessoas com SD. Há ainda a importância de professores qualificados e da participação da família e do próprio aluno no processo de alfabetização/educacional do aluno com Síndrome de Down. A utilização de materiais concretos, estímulos visuais, música, jogos e brincadeiras são bem recomendados pelos autores quando se trata da alfabetização de pessoas com SD, uma vez que a deficiência intelectual pode vir associada às dificuldades com conceitos abstratos. É possível concluir que as pesquisas sobre alfabetização e letramento de pessoas com Síndrome de Down são voltadas, predominantemente, para a aprendizagem de crianças. Quando se refere a jovens e adultos, há uma significativa escassez de dados sobre alfabetização, escrita, leitura, dificuldades/processos de aprendizagem, níveis de escolaridade, alterações no desenvolvimento cognitivo, entre outros temas relacionados à escolarização de jovens e adultos com síndrome de down.

---

<sup>1</sup> Psicóloga. CRP-22/03255. Mestre em Sustentabilidade; TAE/UFMA/PROEN. Email: keila.vale@ufma.br

<sup>2</sup> Pedagoga, Mestre e Doutora em educação. Docente da UFMS/CPAQ. E-mail: vera.lucia@ufms.br



**Palavras-chave:** Síndrome de Down. Alfabetização. Jovens e adultos.

## ABSTRACT

The scarcity of data related to the literacy of young people and adults with DS, and the recurrence of illiterate young people and adults with Down Syndrome were the main reasons for choosing this study. The objective of the research was to identify the scientific/bibliographical production on the literacy and literacy of young people and adults with Down Syndrome, since the available information comes predominantly from personal reports and school experiences, collected empirically, and is still scarce in academic-scientific sources. As a methodological procedure, an integrative literature review was chosen, with the purpose of knowing/deepening knowledge about literacy and literacy of young people and adults with Down Syndrome, pointing out possibilities for other studies within the same research object. Bibliographic and documentary research was used with a focus on school inclusion, literacy and literacy and Down Syndrome, in scientific articles, from which 8 (eight) articles were selected, of which 4 (four) met the inclusion criteria previously established for the study. It was observed that there is a consensus regarding the need to adopt diversified, individualized educational practices, focusing on the capabilities and adapted according to the needs of each student, seeking to promote the educational and social inclusion of people with DS. There is also the importance of qualified teachers and the participation of the family and the student in the literacy/educational process of the student with Down Syndrome. The use of concrete materials, visual stimuli, music, games and play are highly recommended by the authors when it comes to teaching literacy to people with Down syndrome, since intellectual disability can be associated with difficulties with abstract concepts. It is possible to conclude that research on literacy and literacy of people with Down syndrome is predominantly focused on children's learning. When it comes to young people and adults, there is a significant lack of data on literacy, writing, reading, learning difficulties/processes, education levels, changes in cognitive development, among other topics related to the schooling of young people and adults with Down syndrome.

**Keywords:** Down syndrome. Literacy. Young people and adults.

## 1. INTRODUÇÃO

A crença de que pessoas com Síndrome de Down não conseguem aprender a ler e escrever, contribui significativamente para escassez e/ou ausência de dados relativos à alfabetização e letramento de pessoas com deficiência intelectual, neste caso específico, a Síndrome de Down. Segundo Rubin e Batista (2014, p. 4),

Uma análise das mudanças que ocorreram no processo de educação das pessoas com deficiência intelectual permite observar que mesmo atualmente, apesar das mudanças na legislação, ainda predominam concepções que enfatizam as incapacidades e as limitações dessas pessoas, devendo-se, desta forma, ensinar-se o mínimo às mesmas por apresentarem um déficit cognitivo. Assim, independentemente da época, a concepção de deficiência intelectual sempre traz em seu bojo, aspectos relacionados à “incapacidade” e “improdutividade” [...] as limitações inerentes à deficiência intelectual, não podem justificar a não capacidade para a aprendizagem.



O acesso educacional às escolas públicas das pessoas com deficiência, no Brasil, é garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, no Decreto nº 7.711/2011, na Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº 04/2009, na Lei Brasileira de Inclusão nº 1.3146/2015, entre outros documentos, pareceres, portarias.

A Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é considerada o marco regulatório das diretrizes dos direitos das pessoas com deficiência, inclusos nestes, o acesso ao sistema educacional.

Com a identificação de novas e variadas demandas pessoais, educacionais, sociais, entre outras, deste público, não alcançadas pela legislação vigente à época, surge a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 06 de julho de 2015, ampliando os direitos das pessoas com deficiência, atualizando e superando algumas limitações da Lei nº. 7.853/1989, que não foi totalmente revogada, mas ampliada/atualizada.

Embora tenha representado um marco legal importante, os avanços na prática foram discretos, ainda carecendo de melhorias significativas para que, de fato, promova uma educação inclusiva e eficaz. Conforme menciona Alves (2024):

Desafios relacionados à qualidade e ao acesso ao ensino são evidenciados pelo alto índice de analfabetismo entre pessoas com deficiência (20%), além da dificuldade de acesso aos prédios e equipamentos escolares (apenas 0,1% das escolas brasileiras são totalmente acessíveis). Faltam salas de recursos, docentes e equipe pedagógica capacitados e sobram dificuldades de convívio junto à comunidade escolar devido à discriminação e preconceito.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), a alfabetização consiste no domínio da escrita e leitura (decodificação), em consonância com o verbal (código oral) e contextualizada com práticas sociais de leitura e escrita. O letramento é a consolidação e ampliação das práticas de leitura e escrita em diferentes contextos sociais.

A BNCC é um documento normativo que define um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, de modo que sejam asseguradas essas aprendizagens e desenvolvimento conforme aponta o Plano Nacional de Educação (PNE). É um documento que está embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), e “está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica” (Brasil, 2017).



De acordo com o Ministério da Educação do Brasil (2018, p. 69), o letramento é condição para a alfabetização, para o domínio das correspondências entre grafemas e fonemas, mas a alfabetização e a exploração sistemática dessas relações grafofonêmicas são também condição para o letramento.

Nesse sentido, alfabetização e letramento são, desta forma, processos interdependentes, uma vez que devem ocorrer simultaneamente, conforme a BNCC (2018). Embora na prática, nem sempre ocorra de forma associada. Na educação de pessoas com deficiência intelectual, esta dissociação entre estes dois processos é bastante recorrente, assim como a não alfabetização, por falta de acesso e/ou visões preconcebidas de que a deficiência intelectual, por si só, já torna estes indivíduos incapazes de serem alfabetizados/letrados.

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (Soares, 1998 *apud* Hermont *et al.*, 2018, p. 3).

A escassez de dados relacionados à alfabetização de jovens e adultos com SD, a recorrência de jovens e adultos com Síndrome de Down não alfabetizados foram os principais motivos para a escolha desta temática para a presente pesquisa.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecer o contexto da realidade brasileira, tanto para fins de embasamento de outras pesquisas relacionadas bem como para o planejamento de estratégias e políticas públicas voltadas para os alunos com Síndrome de Down, uma vez que a alfabetização constitui elemento fundamental no processo de inclusão efetiva da pessoa com deficiência, socialmente, e principalmente, no mercado de trabalho.

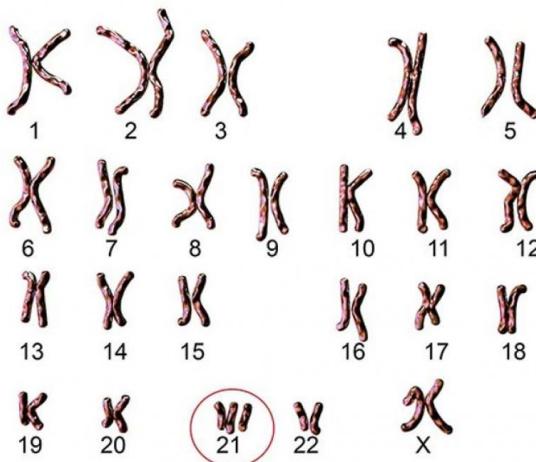
Este estudo compreende em uma revisão bibliográfica descritiva, onde foram utilizados quatro artigos científicos que abordam a alfabetização e letramento de jovens e adultos com Síndrome de Down, publicados entre os anos de 2019 e 2024. O objetivo desta pesquisa é identificar a produção científica/bibliográfica sobre a alfabetização e letramento de jovens e adultos com Síndrome de Down, uma vez que as informações acerca desta temática são, predominantemente, oriundas de relatos pessoais e experiências escolares, coletados de forma empírica, sendo ainda escassa em fontes acadêmico-científicas.

O presente artigo consiste no trabalho de conclusão do curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.

## 2. CONHECENDO A SÍNDROME DE DOWN

Segundo a *Down Syndrome International*, o termo “síndrome” significa um conjunto de sinais e sintomas. A palavra Down, refere-se ao sobrenome do médico pediatra inglês John Langdon Down, primeiro a descrever clinicamente a associação dos sinais característicos das pessoas com Síndrome de Down, em 1866. A Síndrome de Down (SD) ou trissomia do cromossomo 21 é uma alteração genética atípica que ocorre na divisão celular durante a fase embrionária. Na Síndrome de Down, é o cromossomo 21 (o menor cromossomo humano) que possui três (trissomia) cromossomos, ao invés de dois.

**Imagen 1:** Divisão celular cromossômica na Síndrome de Down



**Fonte:** <https://portal.wemeds.com.br/fisiopatologia-da-sindrome-de-down/>

Conforme a *Global Down Syndrome Foundation* (Fundação Global da Síndrome de Down), apesar da origem da SD ser desconhecida, o cromossomo extra no par 21 é a alteração cromossômica mais frequente no mundo e a maior causa de déficit intelectual e de desenvolvimento.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021), há 300 mil (trezentas mil) pessoas com Síndrome de Down no Brasil. De acordo com o Departamento de Análise de Saúde e Doenças Não Transmissíveis do Ministério da Saúde (2021), foram notificados 1.978 casos de Síndrome de Down de 2020 a 2021. A prevalência geral da doença no Brasil, neste período, foi 4,16 por 10 (dez) mil nascidos vivos. Em relação às regiões com maiores prevalências, destacam-se o Sul, (5,48 por 10 mil) e o Sudeste (5,03 por 10 mil).

Com base na informação do IBGE retomencionada, assim como em outras instituições e bases bibliográficas, é de grande importância informar e destacar que, embora referenciada como



doença, a Síndrome de Down é uma condição genética caracterizada por uma alteração no cromossomo 21 e que a medicina não a classifica como doença.

Segundo o Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP) (2000), o diagnóstico nosológico, ato privativo do médico, é resultado de um processo pelo qual se determina a natureza de uma doença, mediante o estudo de sua origem, evolução, sinais e sintomas.

O conceito de doença compõe-se, segundo Häfner (1983), de dois componentes: o distúrbio de funções, grupos de funções ou de sistemas interpessoais; o estado não é proposital – "doença" implica incapacidade. Além disso ele é formado em diferentes níveis:

1. a manifestação; 2. o desenvolvimento da doença, que caracteriza o "estar doente" (*Kranksein*); 3. o conhecimento dos órgãos afetados e do contexto patológico, de forma a se compreender como os primeiros níveis se influenciam mutuamente; 4. o conhecimento das causas do contexto patológico. Somente quando todos esses níveis são conhecidos pode-se falar de nosologia.

A Síndrome de Down ainda não tem causa definida. É caracterizada por, além de alterações fenotípicas características, uma maior predisposição a doenças metabólicas (diabetes, hipotireoidismo, obesidade, entre outras); cardiopatias e doenças na visão e deficiência intelectual, onde o déficit cognitivo é variável entre indivíduos com a síndrome. Como não atende a todos os critérios nosológicos, no modelo biomédico, não pode ser caracterizada como doença.

As síndromes provocam um conjunto de sinais e sintomas que ocorrem ao mesmo tempo e que podem ter causas variadas, assemelhando-se a uma ou a várias doenças. Costuma-se denominar também de síndrome, uma condição que ainda não tem uma causa bem definida, diferenciando-se das doenças, que têm causas conhecidas e sintomas específicos (Santos, 2023).

O Movimento Down, portal parceiro da *Down Syndrome International* e da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, revelou, no ano de 2019, que existem 74 (setenta e quatro) pessoas com a síndrome que concluíram o ensino superior. Esta informação pode levar a um questionamento quanto à importância da alfabetização/escolarização no processo de inclusão social da pessoa com SD. Este questionamento é baseado na proporção entre o número de pessoas com SD no Brasil, a quantidade de alunos, com a síndrome, matriculados no ensino regular da rede estadual de ensino de São Paulo e o percentual que conclui o ensino superior (74). O principal fator limitante para uma análise quantitativa mais robusta, assim como uma análise qualitativa mais abrangente, é a escassez de dados sobre a alfabetização de pessoas com SD no Brasil.

Os números de pessoas com Síndrome de Down alfabetizadas não são evidentes nos bancos de dados disponíveis, como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das Secretarias de Educação Municipais e Estaduais ou do Ministério da Educação (MEC), ou de instituições especializadas (Assencio, 2022).



De acordo com dados do ano de 2022, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), mais de 67 (sessenta e sete) mil estudantes são elegíveis aos serviços da Educação Especial na rede estadual. Desse total de matriculados, cerca de 2.500 (dois mil e quinhentos) são alunos com Síndrome de Down, sendo 468 (quatrocentos e sessenta e oito) nos anos iniciais do ensino fundamental; 987 (novecentos e oitenta e sete) nos anos finais; 715 (setecentos e quinze) no ensino médio e 7 (sete) estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Conforme Wandermurem (2024), o cenário de empregabilidade, mesmo com a exigência legal, não é favorável à pessoa com Down. De acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, enquanto 37% das pessoas com deficiência visual estavam empregadas, pessoas com deficiência intelectual, incluindo Down, não tiveram a mesma oportunidade. Apenas 5,3% delas trabalhavam na época.

A síndrome de Down é classificada como dificuldade intelectual, porém, não se pode preestabelecer os limites do indivíduo, pois existe uma grande possibilidade de desenvolvimento cognitivo devido ao nível de déficit cognitivo variar imensamente. A maioria das pessoas com SD funciona no limite entre um déficit cognitivo leve e moderado (Schwartzman, 1999 *apud* Almeida *et al.*, 2020, p. 3).

Considerando que as pessoas com Síndrome de Down apresentam um déficit cognitivo variável, causado pela deficiência intelectual, característica da síndrome, as dificuldades na aprendizagem podem variar, em maior ou menor grau, no processo de alfabetização/escolarização de pessoas com SD. Desta forma, o processo de aprendizagem na SD ocorre de forma diferenciada também entre indivíduos com Síndrome de Down. Esta diferença no desenvolvimento cognitivo pode estar relacionada ao tipo de trissomia do cromossomo 21 que cada indivíduo apresenta.

Conforme o Ministério da Saúde (2013, p. 12), na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), a SD recebe o código Q – 90, que podem ser caracterizadas em três tipos principais de Síndrome de Down:

- **Q 90.0 - Trissomia 21 simples** (93-95% dos casos): Todas as células do indivíduo têm 47 cromossomos. Representa entre 93 e 95% dos casos de Síndrome de Down;
- **Q 90.1 - Mosaico** (1-3% dos casos): Apenas parte das células é afetada pela alteração genética, ficando algumas com 47 cromossomos e outras com 46.
- **Q 90.2 - Translocação** (4-6% dos casos): O cromossomo extra do par 21 fica aderido a outro cromossomo;
- **Q 90.9 - Síndrome de Down, não específica.**

No mosaicismo, não são todas as células que apresentam três cromossomos (trissomia), podendo inclusive, esses indivíduos não apresentarem as características fenotípicas e/ou cognitivas comuns a pessoas com SD. O diagnóstico tardio é mais provável entre estes indivíduos que entre os outros tipos de manifestação da Síndrome de Down. Por não terem todas as células alteradas pela



trissomia, no mosaicismo, há uma tendência a uma maior expectativa de vida e desenvolvimento de habilidades cognitivas mais avançadas e marcos de desenvolvimento adiantados, se comparados aos indivíduos com Síndrome de Down não mosaico. Segundo (Rondal; Comblain, 1996 *apud* Bissoto, 2005, p. 81):

[...] há diferenças no potencial intelectual e nas habilidades de linguagem entre os portadores de mosaicismo e os portadores da forma típica da síndrome, atribuindo essa diferenciação a um menor número de células neurais afetadas, no caso do mosaicismo; o que apoia as concepções mais frequentemente encontradas.

Estes dados possibilitam inferir que a SD não é determinante para que pessoas com a síndrome não possam ser alfabetizadas, como muito se difundiu no passado, (ainda que esta crença afete ainda hoje o processo de escolarização/inclusão destas pessoas) mas que com os recursos pedagógico adaptados, práticas curriculares específicas para as necessidades educacionais deste público, eles podem sim ser alfabetizados, sem deixar de considerar o nível de déficit cognitivo da pessoa, que pode variar consideravelmente entre os indivíduos com SD, bem como a presença de patologias associadas que podem atuar como agravantes do déficit cognitivo. O fato é que a estigmatização em torno do processo de aprendizagem da pessoa com SD dificulta de maneira importante as habilidades/aprendizados que esta poderá desenvolver. Autores como Feuerstein (1980), Mantoan (1997), Vygotsky (1998) acreditam que “[...] o desenvolvimento cognitivo decorre da interação da criança com o ambiente. Sugerem a solicitação do meio como mediador da aprendizagem, visando a um desenvolvimento significativo” (Silva; Kleinhans, 2006, p. 132).

Silva e Bolsanello (2000) investigaram crianças com Síndrome de Down, entre quatro meses e quatro anos de idade, que participavam de atividades de estimulação, procurando avaliar as construções cognitivas no período sensório motor.

Eles destacam um atraso de um ano a um ano e meio nas crianças, mesmo em estimulação. No entanto, apontam uma criança que até os quatro anos de idade não havia sido estimulada, uma vez que essa criança ainda não andava e tinha idade cognitiva de cinco meses. As conclusões destacam que uma estimulação bem estruturada pode promover o desenvolvimento da criança com SD, minimizando suas dificuldades e evidenciando a possibilidade de plasticidade (Silva; Bolsanello, 2000 *apud* Silva, 2006, p. 132).

Para Josemar Marchezan *apud* Alves (2024), neurologista infantil e professor adjunto do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFRGS, houve uma grande evolução no entendimento das pessoas com SD, nos últimos anos. Instrumentos específicos de acompanhamento, como escalas de desenvolvimento e crescimento e protocolos, possibilitam o aprimoramento no cuidado global à pessoa com Síndrome de Down.



### 3. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS COM SÍNDROME DE DOWN

Atualmente, o público da educação especial citado nos mecanismos legais, são aqueles que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O público dessa pesquisa é aquele que apresenta Síndrome de *Down*, incluído na deficiência e caracterizado com “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015).

Os instrumentos legais que regulamentam a educação brasileira coadunam que a educação é direito de todos, ao longo da vida, disponibilizando recursos, serviços, metodologias adequadas, professores com formação específica, acessibilidade, entre outros, para que os alunos participem da escola com igualdade e equidade, e assim acessem, participem e desenvolvam sua aprendizagem. No Brasil, o acesso das pessoas com deficiência à educação nas escolas públicas é garantido, entre outros documentos, pelas seguintes normativas legais:

I - Constituição Federal do Brasil de 1988, define a educação como direito público subjetivo a todas as pessoas, e no Art. 208, inciso III, prevê como dever do Estado a garantia do “III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988);

II - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 (LDB), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em seu Capítulo V aborda a Educação Especial. No Art. 58, a educação especial é definida como modalidade de educação escolar, garantindo serviços de apoio especializado. No Art. 59, assegura aos sistemas de ensino:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências [...]; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo [...];

III - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, que objetiva:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para



garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008).

IV – O Decreto nº 7.611/2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Determina o dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial. Estabelece diretrizes para a garantia da educação inclusiva e atendimento educacional especializado para a pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como define os objetivos e formas de apoio técnico e financeiro do governo federal, com vistas à ampliação da oferta da educação especial nos sistemas de ensino público e sem fins lucrativos.

V - Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº 04/2009, que instituiu diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Para fins de implementação do Decreto nº 6.571/2008, esta Resolução estabelece que, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, deve ser ofertada a matrícula nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

VI - A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Estatuto da Pessoa com Deficiência) foi instituída pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Constitui o dispositivo legal criado com o objetivo de promover e assegurar os direitos das pessoas com deficiência à inclusão social, educacional, desde a infância e ao longo da vida. No Art. 4. prevê que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. A LBI, Art. 28, atribui ao poder público a função de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; (Brasil, 2019, p. 19).



Conforme Wolff (2024), há cerca de vinte anos, havia um discurso que as crianças com Síndrome de Down nem seriam alfabetizadas, não aprenderiam de forma alguma. Atualmente, com base em pesquisas e experiências mundiais, verificou-se que este público tem condições de se desenvolver de forma integral, dentro das suas possibilidades.

Para inclusão escolar das crianças com Síndrome de Down na escola, é preciso considerar suas necessidades específicas, ofertar recursos e serviços e atendimento educacional especializado que complemente sua escolarização, além de utilizar estratégias que possam favorecer sua aprendizagem como adaptação do currículo, suporte concreto e visual, fragmentação de conteúdos, uso da linguagem clara, raciocínio abstrato e repetição, detalhada na imagem a seguir.

Na alfabetização de pessoas com SD, recursos educacionais como adaptação curricular (não supressão ou resumo, mas tornar o currículo acessível ao aluno); utilização de materiais didáticos concretos; a música como recurso pedagógico, assim como estimular a autoestima destes indivíduos, podem contribuir de forma significativa no processo de alfabetização e letramento destes jovens e adultos.

**Imagen 2:** Estratégias para inclusão das crianças com Síndrome de Down na escola



Fonte: Instituto Neurosaber (2024).



#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração desta pesquisa, optou-se pela revisão integrativa de literatura acerca da alfabetização e letramento de jovens e adultos com Síndrome de Down, com a finalidade de conhecer/aprofundar os conhecimentos já existentes sobre esta temática, bem como identificar necessidades de outros estudos dentro do mesmo objeto pesquisado. Para Cooper, 1984 *apud* Ursi e Gavão (2006, p. 37), a revisão de literatura integrativa (RI) tem como objetivo,

[...] localizar e integrar as inferências de projetos de pesquisas individuais, tanto as premissas centrais na validação do conhecimento quanto as envolvidas na análise de dados originais, com o objetivo de apresentar o estado atual do conhecimento sobre aquele tópico específico ou lançar luzes sobre assuntos ainda não solucionados.

Considerando a escolha da revisão integrativa de literatura como metodologia, optou-se por utilizar as cinco fases do processo de elaboração da RI proposta pelo autor, que são: a formulação do problema, a coleta de dados, avaliação dos dados coletados, análise e interpretação dos dados e apresentação dos resultados, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1:** Etapas de Elaboração da Revisão Integrativa.

Etapas	Processos
Formulação do problema	Considerando as taxas significativas de analfabetismo entre jovens e adultos com Síndrome de Down, o que propõem as pesquisas relacionadas à alfabetização e letramento, como metodologias educacionais eficazes para a alfabetização deste público
Coleta de dados	Artigos científicos publicados nas plataformas Scielo Brasil, Portal CAPES, Google Acadêmico no período de (2019 a 2024).
Avaliação dos dados	Foram identificadas nos estudos selecionados: identificação (título, ano, local de publicação); procedimentos metodológicos e resultados
Análise e interpretação dos dados	Na análise e interpretação dos dados foram observadas: base teórica e conceitual; metodologia utilizada nos estudos e sua adequação à temática; deficiência intelectual na Síndrome de Down; práticas inclusivas na educação de jovens e adultos com SD
Resultado da Análise dos juízes	Verificar se os artigos respondiam à pergunta de pesquisa.

**Fonte:** elaborado pela autora, 2025.

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental com foco na inclusão escolar, alfabetização e letramento e Síndrome de Down, em artigos científicos.

A determinação de quais serão os critérios de inclusão e exclusão devem estar alinhados a necessidade de satisfazer a questão norteadora e ao mesmo tempo garantir a representatividade dos dados. É frequentemente adotado como critérios de inclusão o idioma (português, inglês, espanhol), recorte temporal atual (últimos cinco anos), acesso na íntegra,



artigos primários. A inclusão de todos os artigos ou apresentação aleatória da seleção é ideal, porém se esta conduta se tornar inviável pela quantidade de trabalhos é indispensável que os critérios e circunstâncias que definiram a amostra sejam descritos claramente (Soares, 2013 *apud* Dantas *et al.*, 2021, p. 34).

Os critérios de inclusão adotados para a elaboração deste estudo foram os seguintes:

- I) Artigos relacionados à alfabetização e letramento de pessoas jovens e adultas com Síndrome de Down, educação inclusiva na SD;
- II) Texto completo disponibilizado para leitura; Artigos publicados entre os anos de 2019 a 2024, buscando utilizar literatura mais atualizada, que já contemplem os avanços nos estudos e métodos de alfabetização de pessoas com deficiência intelectual, mais especificamente, a Síndrome de Down;
- III) Artigos científicos publicados nas plataformas Scielo Brasil, Portal CAPES, Google Acadêmico, em Língua Portuguesa do Brasil.

Após pesquisa realizada, foram encontrados 8 (oito) artigos, sendo que 4 (quatro) desses atendiam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos para o estudo e serão discutidos na sessão seguinte. Cabe ressaltar a dificuldade em encontrar pesquisas que abordem a alfabetização de jovens e adultos com SD. Os artigos escolhidos foram acessados na íntegra.

## 5. O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS COM SÍNDROME DE DOWN

As quatro publicações que fundamentaram a análise dessa pesquisa foram: Planejamento de ensino para jovens com Síndrome de Down a partir da Escala de Intensidade de Apoio (SIS), Síndrome de Down: uma revisão integrativa de literatura (2005-2020), Alfabetização de alunos com Síndrome de Down: um estudo de produções acadêmicas brasileiras e A importância da educação inclusiva para alunos com Síndrome de Down na Educação de Jovens e Adultos, conforme quadro a seguir.

**Quadro 2:** Artigos científicos analisados na pesquisa

<b>Título</b>	<b>autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Local de publicação</b>
Planejamento de ensino para jovens com Síndrome de Down a partir da Escala de Intensidade de Apoio (SIS)	Polyane Gabrielle de Freitas; Márcia Duarte Galvani	2020	Revista Educação Especial, v. 33, Santa Maria, 2020.
Síndrome de Down: uma revisão integrativa de literatura (2005-2020)	Rafael Soares Silva et al	2021	Research, Society and Development, /S. I./, v. 10, n. 17, 2021.
Alfabetização de alunos com Síndrome de Down: um estudo de produções acadêmicas brasileiras	Gabriela Molina Moura	2021	Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara, Araraquara, 2021



A importância da educação inclusiva para alunos com Síndrome de Down na Educação de Jovens e Adultos	Fabiana Marília dos Santos et al	2021	Anais do IV CINTEDI 2021. Plataforma Espaço Digital.
--	----------------------------------	------	--

**Fonte:** elaborado pela autora, 2025.

A pesquisa de Freitas e Galvani (2020), com o título “Planejamento de ensino para jovens com Síndrome de Down a partir da Escala de Intensidade de Apoio (SIS)” teve como objetivo avaliar a intensidade de apoio nos comportamentos adaptativos de jovens com Síndrome de Down e aplicar em colaboração com o professor, um planejamento de ensino a partir da necessidade de apoio.

Como procedimento metodológico foi utilizada a abordagem qualitativa descritiva pautada na investigação ação. Foram participantes uma professora de Educação Especial, dois jovens com Síndrome de Down e seus respectivos pais. A coleta de dados foi realizada em uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de um município de médio porte, localizado no interior do estado de São Paulo e na residência dos participantes. Os instrumentos utilizados foram a Escala de Intensidade de Apoio –SIS, desenvolvida pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD), tendo como respondente os pais dos jovens com Síndrome de Down e um roteiro para elaboração do planejamento de ensino. Os dados foram organizados em duas categorias de acordo com os temas abordados: necessidade de apoio nos comportamentos adaptativos dos jovens com Síndrome de Down e elaboração e aplicação do planejamento de ensino a partir da necessidade de apoio.

Como resultado do estudo, a autora verificou que a área em que os jovens com Síndrome de Down necessitavam de maior apoio era em aprendizagem ao longo da vida. Após o planejamento de ensino, houve modificações positivas no envolvimento nas atividades propostas, interação com colegas, professora e pesquisadora.

A pesquisa de Silva (2021), com o título “Síndrome de Down: uma revisão integrativa da literatura (2005-2020)” teve como objetivo revisar a literatura que discute as despeito das dificuldades que passam ou que possam interferir na aquisição e desenvolvimento da linguagem da pessoa com Síndrome de Down. Na metodologia foi realizada uma Revisão Integrativa (RI) de literatura sobre aspectos, tendências e avanços relacionados à Síndrome de Down publicados na Revista Brasileira de Educação Especial no período de 2005 a 2020.

O autor concluiu que pessoas com SD apresentam consideráveis dificuldades no desenvolvimento da linguagem, bem como da família e dos professores em lidar com esse sujeito, assim, é indispensável que a família, escola e outros profissionais que acompanham a criança com Down construam uma relação baseada no trabalho colaborativo, de modo que os diversos saberes



sejam considerados possibilitando situações de aprendizagem significativa no que se refere à aquisição da linguagem.

Dentre as estratégias identificadas, destacou-se: a importância da família na construção de diálogos; influência da leitura diária para que a criança aumente seu vocabulário e compreenda as organizações sintáticas da língua; trabalho com gêneros textuais pelos professores; possibilitar à criança com SD o contato com outras crianças com e sem a síndrome, para que tenham contato com diferentes linguagens por meio de brincadeiras, jogos, danças e músicas; caso necessário, fazer uso de comunicação alternativa.

A pesquisa de Moura (2021), com o título “Alfabetização de alunos com Síndrome de Down: um estudo de produções acadêmicas brasileiras” teve como objetivo identificar e analisar o que dizem as teses e dissertações sobre a alfabetização de alunos com Síndrome de Down no ensino fundamental I, a partir de 2008.

Foram utilizados os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica e se pautou na abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorreu no primeiro semestre do ano de 2020 e foi realizada na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), por se tratar de um portal de domínio público e por conter um acervo de suma importância para a disseminação de pesquisas nacionais.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a autora optou pela abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica. Concluiu que os métodos mais utilizados foram o sintético, pautando-se nas habilidades fônicas, e o global, enfatizando a discriminação visuoespacial. Ainda, não houve consenso sobre a melhor estratégia de ensino, sendo ressaltado nessas pesquisas a importância da formação do professor para atuar em contextos inclusivos, aprender a agir na Zona de Desenvolvimento Proximal dos alunos, organizando-os em grupos de acordo com seus diferentes saberes, propor projetos e atividades específicas e diferenciadas, levando em consideração as características dos estudantes com SD, associando estímulos visuais e sonoros na sua alfabetização e estimulá-los desde a Educação Infantil.

A pesquisa de Santos, Araújo e Alves (2021), com o título “A Importância da educação inclusiva para alunos com Síndrome de Down na Educação de Jovens e Adultos” teve como objetivo o fazer uma reflexão sobre os estudos e pesquisas que contribuem com a Educação Inclusiva voltadas para este público na modalidade “Educação de Jovens e Adultos” (EJA). O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo, de caráter descritivo.

A autora concluiu que, para que haja a inclusão escolar, é fundamental o uso de estratégias educacionais como: incremento de práticas de aprendizagens inclusivas, a busca por novas



possibilidades de transmissão do conhecimento de forma diversificada, estimulando a criatividade dos profissionais e focando nas capacidades e não nas deficiências do indivíduo. Ressalta ainda que a abordagem desse tema possibilita sua problematização, o que corrobora para a qualificação da prática educativa, especialmente no que se refere aos alunos com Síndrome de Down. Favoreceu-se também, compreender o papel das práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas, pois, essas valorizam as capacidades individuais dos alunos em detrimento de seus déficits.

## 6. ANÁLISE DOS DADOS

Sobre o que propõem as pesquisas relacionadas à alfabetização e letramento na SD, como metodologias educacionais eficazes para a alfabetização deste público, questão norteadora deste estudo, observou-se que há um consenso quanto à necessidade de adoção de práticas educativas diversificadas, individualizadas, focando nas capacidades e adaptadas de acordo com as deficiências de cada aluno, buscando promover a inclusão educacional e social, de fato, de pessoas com SD. Há ainda a importância da qualificação do professor e a participação da família e do próprio aluno no processo de alfabetização/educacional do aluno com Síndrome de Down.

Ainda é incipiente, em quantidade, qualidade disponibilidade, estudos que abordam, com a intenção de informar corretamente e desmistificar preconceitos, a alfabetização/educação de jovens e adultos com Síndrome de Down. Esta lacuna teórico-prática, associada às crenças limitantes criadas em torno da capacidade de aprendizado de pessoas com deficiência intelectual, neste caso, a SD, podem influenciar de forma significativa e bastante negativa, a inclusão/permanência destas pessoas na escola, no mercado de trabalho e, principalmente, no bem-estar geral destes jovens e adultos.

De acordo com Vasconcelos (2024, p. 5708),

a invisibilização de pessoas com Síndrome de Down no Brasil é um fenômeno que reflete tanto estigmas sociais quanto a falta de políticas públicas eficazes [5]. Comumente, as pessoas com Síndrome de Down, de acordo com Silva [6], esbarram na exclusão social e falta de oportunidades, perpetuando assim, estigmas e preconceitos contra essa população.

A utilização de materiais concretos, estímulos visuais, música, jogos e brincadeiras são bem recomendados pelos autores quando se trata da alfabetização de pessoas com SD, uma vez que a deficiência intelectual pode vir associada às dificuldades de lidar com conceitos abstratos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS



É possível concluir que as pesquisas sobre alfabetização e letramento de pessoas com Síndrome de Down têm seu foco principal na aprendizagem de crianças. Quando se refere a jovens e adultos, há uma significativa escassez de dados sobre alfabetização, escrita, leitura, dificuldades/processos de aprendizagem, níveis de escolaridade, alterações no desenvolvimento cognitivo, entre outros temas relacionados à escolarização de jovens e adultos com SD.

Concepções equivocadas acerca da deficiência intelectual, crenças amplamente difundidas, inclusive por médicos, professores, de que a pessoa com SD não é capaz de ser alfabetizada e/ou que há um limite cronológico para o desenvolvimento intelectual, a partir do qual o aprendizado deixa de ocorrer, contribuem de forma significativa para que a pessoa com SD, com frequência, não tenha nem mesmo acesso à escolarização. Nas escolas públicas ainda há um foco no ensino de atividades profissionalizantes (artesanato, serviços de limpeza, empacotamento de produtos, etc.) em detrimento da escolarização.

Constitui um círculo vicioso onde as crenças limitam/impedem as oportunidades de acesso à alfabetização/letramento e sem alfabetização, as crenças vão sendo sustentadas, erroneamente, como verdadeiras.

Os estudos abordando a alfabetização de jovens e adultos com Síndrome de Down possuem lacunas significativas tanto no que se refere à quantidade quanto à diversificação dos tipos de pesquisa relacionadas ao tema. Predominam as revisões de literatura, não raro, de artigos com mais de 10 anos, com conceitos já ultrapassados e dados desatualizados.

Há uma vasta quantidade de pesquisas que ratificam a relação saudável entre acesso à educação e melhores índices de qualidade de vida. Índices mais elevados, quantitativos e qualitativos, de educação tendem a produzir melhores condições de saúde e bem-estar populacional para todos os indivíduos.

Na Síndrome de Down, a falta de educação/acesso à informação pode potencializar as dificuldades já existentes em lidar com: estigmas/preconceito; exclusão social, inclusive no ambiente familiar; dificuldades de acesso ao mercado de trabalho; a baixa autoestima, que é, de forma concomitante, causa e consequência de todo este conjunto de obstáculos, uma vez que pode prejudicar o desenvolvimento cognitivo, bem como os aspectos social, profissional destes jovens e adultos, impactando toda a qualidade de vida destas pessoas. Segundo Vasconcelos (2024, p. 5715), as problemáticas sociais podem causar baixa autoestima e problemas com autoimagem nos indivíduos com Síndrome de Down, fazendo com que seu bem-estar fique comprometido.



... "O apoio familiar e social é fundamental para o desenvolvimento da autoestima em crianças com Síndrome de Down". Além disso, os autores ressaltam que é abrangente não só na infância, mas em todo o ciclo da vida, e que adolescentes com Síndrome de Down frequentemente apresentam desafios na autoimagem, o que impacta diretamente no bem-estar. (Vasconcelos, 2024)

Há a urgente necessidade de conhecer o contexto da realidade brasileira, para fins de embasamento de outras pesquisas relacionadas e para o planejamento de estratégias e políticas públicas voltadas para este público, pois apesar dos avanços na legislação e do acesso aos serviços de saúde, inclusive especializados, ainda há muitas lacunas na aplicabilidade eficaz dos direitos que garantem a inclusão efetiva e bem-estar digno de pessoas com SD. A alfabetização/letramento constitui elemento fundamental no processo de inclusão efetiva da pessoa com/sem deficiência em todas as esferas da sociedade.

## 7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daiane Rodrigues de; BATTISTELLO, Viviane Cristina de Mattos; MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; MARTINS, Rosemari Lorenz. Alfabetização e síndrome de Down nas pesquisas brasileiras. *Revista de Educação PUC-Campinas*, São Paulo, v. 25, p. 1–13, 2020.. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/4910>. Acesso em: 04 out. 2024.

ASSENCIO, Claudia. **Jovens com Síndrome de Down buscam mercado de trabalho e pais relatam importância da alfabetização para inclusão social.** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2022/03/21/jovens-com-sindrome-de-down-buscam-mercado-de-trabalho-e-pais-relatam-importancia-da-alfabetizacao-para-inclusao-social.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2024.

ALVES, Raquel. **Síndrome de Down, a inclusão e o respeito no sistema educacional – SINPRO-DF.** 2024. Disponível em: <https://www.sinprod.org.br/sindrome-de-down-a-inclusao-e-o-respeito-no-sistema-educacional/>. Acesso em: 12 set. 2024.

BISSOTO, Maria Luísa. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 80-88, 2005. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/cc/v4/v4a09.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais [...]. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. **Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência [...]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm). Acesso em: 10 ago. 2024.



BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília, DF. 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmddocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmddocuments/rceb004_09.pdf) Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611). Acesso em: 20 dez. 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 60 p. il.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão nº 1.3146 de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Brasil tem 300 mil pessoas com a Síndrome de Down**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/sis/noticias-comum/brasil-tem-270-mil-pessoas-com-a-sindrome-de-down>. Acesso em: 13 de ago. 2024.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA (São Paulo). **Parecer n. 26855**. Ementa: Revogação parcial da Consulta s/no/99, no trecho em que versa sobre a competência para a realização de exames audiológicos e diagnósticos. São Paulo: CREMESP, 2000. Disponível em: <http://www.cremesp.org.br>. Acesso em: 1 fev. 2025.

DANTAS, Hallana Laisa de Lima *et al.* Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. **Recien- Revista Científica de Enfermagem**, São Paulo, v. 12, n. 37, p. 334-345, 2021.

FISIOPATOLOGIA da Síndrome de Down. Disponível em: <https://portal.wemeds.com.br/fisiopatologia-da-sindrome-de-down/>. 2023. Acesso em: 1 fev. 2025.

FREITAS, Polyane Gabrielle de; GALVANI, Márcia Duarte. Planejamento de ensino para jovens com síndrome de Down a partir da Escala de Intensidade de Apoio (SIS). **Revista Educação Especial**, Santa Maria - RS, v. 33, p. e50/ 1-24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/44225>. Acesso em: 4 dez. 2024.

HERMONT, Arabie Bezri. *et al.* Oficina de alfabetização e letramento para adultos com deficiência intelectual. In: CONGRESSO INTERNACIONAL PAULO FREIRE: O LEGADO GLOBAL, 2., 2018, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/freire-globalconference-2018/trabalhos/oficina-de-alfabetizacao-e-letramento-para-adultos-com-deficiencia-intelectual?lang=pt-br>. Acesso em: 15 jan. 2025.



MOURA, Gabriela Molina. **Alfabetização de alunos com Síndrome de Down:** um estudo de produções acadêmicas brasileiras. Orientadora: Luci Pastor Manzoli. 2021. 156 p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara, Araraquara, 2021.

RUBIN, Maria Helena; BATISTA, Cleide Vitor Mussini. O processo de construção da leitura e da escrita por jovens e adultos com deficiência intelectual. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE:** artigos, 2014. Curitiba: SEED/PR, 2016. p. 1-24. (Cadernos PDE, v. 1). Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_ueledespecial\\_artigo\\_maria\\_helena\\_rubin.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ueledespecial_artigo_maria_helena_rubin.pdf). Acesso em: 12 set. 2024.

SANTOS, Fabiana Marília; ARAÚJO, Isailma Rocha de; ALVES, Maria Dolores Fortes. A importância da educação inclusiva para alunos com síndrome de Down na educação de jovens e adultos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO – CINTED, 4., 2021, Campina Grande. **Anais eletrônicos** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2021. p. 1-13. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81708>. Acesso em: 17 jul. 2024.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. **Diferença entre doenças, síndromes e transtornos.** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/doencas/diferenca-entre-doencas-sindromes-transtornos.htm>. Acesso em: 1 fev. 2025.

SILVA, Maria de Fátima Minetto Caldeira; KLEINHANS, Andréia Cristina dos Santos. Processos cognitivos e plasticidade cerebral na Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 123-138, jan. 2006.

SILVA, Rafael Soares *et al.* Síndrome de Down: uma revisão integrativa da literatura (2005-2020). **Research, Society and Development**, [s. l.], ano 2021, v. 10, n. e125101724409, ed. 17, p. 1-17, 20 dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i17.24409>. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/357301625\\_Sindrome\\_de\\_Down\\_uma\\_revisao\\_integrativa\\_da\\_literatura\\_2005-2020](https://www.researchgate.net/publication/357301625_Sindrome_de_Down_uma_revisao_integrativa_da_literatura_2005-2020). Acesso em: 10 out. 2024.

URSI, Elizabeth Silva; GAVÃO, Cristina Maria. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 124-131, jan./fev. 2006.

VASCONCELOS, Dhenne Pereira; SANTOS, Edmá Maria de Paiva dos. Síndrome de Down: uma revisão de literatura acerca do desafio no enfrentamento social e na busca pela qualidade de vida. **Revista Sociedade Científica**, vol.7, n. 1, p.5706- 5718, 2024.

WANDERMUREM, Isadora. **Incidência e ensino superior:** o que dados recentes revelam sobre pessoas com síndrome de Down. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/incidencia-e-ensino-superior-o-que-dados-recentes-revelam-sobre-pessoas-com-sindrome-de-down>. Acesso em: 12 ago. 2024.

WOLFF, Eduardo. **Como aprendem os alunos com Síndrome de Down.** 2024. Disponível em: <https://sinepe-rs.org.br/educacaoempauta/pedagogico/autonomia-e-aprendizado-como-sao-em-alunos-com-sindrome-de-down/>. Acesso em: 10 out. 2024.